

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE MEDIDA DE PERCEPÇÃO DE ESTRESSORES NO TRABALHO INFORMAL¹

GIOVANNA CABRAL DORICCI²

Prof. Dr. SINÉSIO GOMIDE JR³

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo inicial construir e validar um instrumento de medida de estresse voltado para trabalhadores do contexto informal. Contudo, após revisão de literatura foi possível perceber que o estresse é uma resposta física ou psicológica determinada por diversos fatores. Sendo assim, o objetivo inicial foi modificado, buscou-se então, construir uma escala de percepção de estressores com intuito de mensurar quais são os principais estressores percebidos no ambiente informal de trabalho. O resultado deste estudo foi um instrumento de medida contendo nove itens. A análise fatorial revelou a existência de três fatores com índices psicométricos bastante satisfatórios. Os fatores agrupam os principais estressores em três categorias: Não acesso aos Direitos Trabalhistas, Sujeição à Fiscalização e Instabilidade Laboral.

Palavras-chave: vendedor ambulante; trabalho informal; estresse ocupacional; psicometria.

¹ Esta pesquisa foi desenvolvida com o apoio PIBIC/FAPEMIG/UFU.

² Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Av. Pará, 1720, Uberlândia, MG, CEP 38405-320, e-mail: dori_gi@yahoo.com.br

³ Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Av. Pará, 1720, Uberlândia, MG, CEP 38405-320, e-mail: sinesiojunior@netsite.com

ABSTRACT

The initial aim of this study was to develop and to validate a general instrument to evaluating occupational stress in informal work. Nevertheless, after reviewing literature it was possible to see that the stress is a physiological or psychological answer determined by many factors. Thus, the initial aim of this study was modify, became to develop and validate a perception scale of stressors, which would measure the main stressors perceived in an informal work environment. The result was an instrument composed of 9 items. Factor analysis detected three existing factors with satisfy psychometric indicators. These factors group main stressors in three categories: Access to labor laws; Subject to Inspection and Job instability.

Keywords: street vendor; informal work; occupational stress; psychometric.

1. INTRODUÇÃO

A iniciativa de se construir um instrumento de medida do estresse do trabalhador informal partiu de um estudo de campo exploratório inicial (Alves et al, 2007) anterior a presente pesquisa, cujo objetivo era comparar o nível de estresse entre trabalhadores formais e informais. A escassez de bibliografia e a falta de um instrumento que permitisse aferir o nível de estresse do trabalhador informal foram as duas maiores dificuldades para a realização deste estudo de campo inicial. Porém, a fim de se obter dados, aplicou-se uma escala de estresse no trabalho validada por Paschoal & Tamayo (2004), e voltada principalmente para o setor formal; bem como, uma entrevista semi-estruturada construída pelas autoras do já referido estudo de campo exploratório (Alves et al, 2007), a fim de agregar dados qualitativos.

Através das entrevistas foi possível perceber alguns estressores que se mostraram diferentes em ambos os grupos. Sendo assim, o estudo de campo caracterizou-se como um projeto piloto através do qual foram colhidas informações que indicavam a necessidade de um instrumento que medisse o estresse dos trabalhadores informais, objetivo inicial da presente pesquisa.

Contudo, após revisão de literatura, chegou-se à conclusão de que o estresse é uma resposta física ou psicológica determinada por diversos fatores, dentre eles, a percepção de estressores no ambiente. Sendo assim, o objetivo inicial foi modificado, buscou-se então, construir uma escala de percepção dos principais estressores presentes no cotidiano destes trabalhadores.

Em relação à saúde do trabalhador muito já foi dito e conquistado; a origem deste tema encontra-se na Antigüidade. O advento da Revolução Industrial e conseqüente união da classe proletária da época em prol de melhorias nas condições de trabalho causaram mudanças nas concepções acerca da relação saúde/doença x trabalho. Conseqüência disso foi a elaboração de leis que puderam assegurar direitos, descanso e condições mais dignas de trabalho (Silva, 2006).

Porém, os progressos conquistados não foram suficientes, afinal a atual conjuntura do mercado de trabalho caracteriza um ambiente ainda muito propício ao adoecimento daqueles que nele se inserem. Características como: a redução de empregos, maior exigência de qualificação

profissional, instabilidade, flexibilidade e insegurança expõem o trabalhador ao adoecimento (Silva, 2006).

Neste contexto, o trabalho informal aparece como uma alternativa do sistema excludente e marginalizador (Silva, 2006). Porém, é importante destacar que muitos trabalhadores optam pelo trabalho informal (Gondim; et al., 2006).

A informalidade tem crescido de forma rápida desde 1990 (Noronha, 2003), mas não há correspondente crescimento de estudos e publicações que abordem o trabalho informal relacionado à saúde do trabalhador. Em geral, os artigos publicados preocupam-se em definir; quantificar e avaliar economicamente este setor.

Desta forma, a presente pesquisa teve o intuito de enriquecer a literatura acerca da saúde psíquica dos trabalhadores informais, tendo como objetivo a construção de um instrumento de medida da percepção dos estressores aos quais estes trabalhadores estão sujeitos; o que abre possibilidade para a realização de novas pesquisas na área. Percebe-se a necessidade de maior estudo sobre este setor e suas conseqüências, pois elas atingem não apenas os trabalhadores, mas também a população e o próprio governo.

1.1 O Trabalho e a Saúde do Trabalhador

A concepção de trabalho sofreu grandes modificações desde sua origem. A princípio, o trabalho era visto como algo árduo e humilhante; o que se justifica tanto pela etimologia da palavra, do latim *tripalium*, instrumento composto por três paus e utilizado para tortura (Martins, 2001) quanto pela origem bíblica em que Adão e Eva após terem desobedecido a uma regra divina recebem como castigo a mortalidade e a necessidade de trabalharem para o próprio sustento.

No período medieval, o trabalho passa a ser visto como fonte de identidade e auto-realização. Já com o advento da Revolução Industrial, observa-se uma ressignificação, voltando a ser visto como algo penoso (Martins, 2001).

A Revolução Industrial foi um marco nesta questão do trabalho. Havia nessa época, altíssimo contingente de trabalhadores inseridos em um quadro de precárias condições de vida e de trabalho, estando submetidos a baixos salários. Esta situação teve como conseqüência a união dos trabalhadores e as diversas revoltas iniciadas por eles em busca de melhorias.

Paralelo a esse processo histórico sobre a concepção do trabalho ocorre o desenvolvimento de estudos sobre ele, e sua relação com a saúde dos trabalhadores. Pode-se dizer que este tipo de estudo acontece desde a Antiguidade, desde os tempos de Hipócrates, porém a preocupação naquela época era em relação às patologias biológicas e físicas que acometiam esta classe, passando, posteriormente, a ser relacionada às psicopatologias, que foram incluídas nestes estudos (Silva, 2006).

Por muito tempo o assunto da saúde dos trabalhadores foi negligenciado, pois as tarefas que ofereciam riscos eram realizadas por escravos. Estes não eram considerados dignos de preocupação. Desta forma, não se justificava qualquer tipo de prevenção ou diagnóstico de doenças oriundas ou não do trabalho. Este período foi vivenciado tanto na Europa quanto no Brasil, porém em épocas diferentes, devido ao atraso brasileiro conseqüente à colonização (Silva, 2006).

Como dito anteriormente, a Revolução Industrial caracterizou-se como um marco na história do trabalho. Ela também é responsável pelo aumento da preocupação em relação à saúde do proletariado, devido às suas reivindicações. Gradativamente, foram criadas leis com o propósito de proteger a integridade física dos trabalhadores (Martins, 2001). No Brasil, o auge deste processo se deu no governo Getúlio Vargas quando houve a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em que foram asseguradas, à classe operária, melhores condições de trabalho, descanso e outros direitos e seguranças (Silva, 2006).

Porém, é possível afirmar que tudo o que foi conquistado no sentido de proteção à saúde do trabalhador ainda é insuficiente (Silva, 2006). Cria-se uma idéia ilusória de que o momento atual é menos propício ao desenvolvimento de doenças quando comparado ao período Pós-Fordismo e Pós-Taylorismo, mas o que se verifica hoje é um ambiente de extrema competição, instabilidade, mercado cada vez mais exigente, constante risco de desemprego e exclusão dos ditos “não capacitados”, o que configura um quadro de exposição da classe trabalhadora ao adoecimento físico e psíquico (Silva, 2006).

Embora haja diferenças entre o trabalho formal e informal, ambos estão inseridos no contexto anteriormente descrito. Sendo assim, muitos dos fatores acima apresentados podem influenciar a saúde física e mental dos trabalhadores informais.

1.2 Trabalho Informal

Segundo Peattie (1987) e Tabak (2000) (apud Lima & Soares, 2002), não há um conceito único para a informalidade, talvez devido às dificuldades de se encontrar suas origens ou pela multiplicidade em que esta ocorra na prática, e, sendo assim, sua análise deve se restringir a situações particulares.

“Apesar do crescimento de dados estatísticos sobre a informalidade, sua diversidade continua a exigir o estudo de caso como forma de captar as particularidades econômicas, sociais, históricas e geográficas assumidas pelo processo, o que dificulta generalizações” (Lima & Soares, 2002 p. 167).

O conceito de informalidade, de acordo com Lima & Soares (2002) inclui a economia informal, o mercado informal, o setor informal e o trabalho informal; tendo cada um destes segmentos suas peculiaridades, configurando-se assim, de formas diferentes. Porém, todos eles possuem algo em comum, a inexistência de regulações estatais em sua organização e funcionamento.

Portanto, como coloca Noronha (2003), o conceito de informalidade nasce do conceito de formalidade, pois é somente com a consolidação das leis trabalhistas que se pode dizer aquilo que é legal ou ilegal, formal e informal, embora alguns autores como Cacciamali (1983) desconsidere a ilegalidade como fator principal da informalidade. Para ela, o que caracteriza a informalidade é a produção. Assim, considera trabalho informal aquele cujo trabalhador possui o meio de produção, não havendo, portanto, uma subordinação assalariada entre patrão e empregado.

É possível perceber que não há consenso sobre a definição de trabalho informal. O primeiro conceito considerado foi elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1972, no Quênia. Segundo esta definição, os termos “setor formal” e “setor informal” surgiram para substituir as expressões “setor moderno”, “setor tradicional” e “subemprego”. Atualmente, a OIT considera como informais as “atividades de baixa produtividade, com trabalhadores independentes e empresas muito pequenas ou não-organizadas” (Gondim et al., 2006). A OIT também afirma que esse setor surgiu devido a grande migração da população rural para as cidades, saturando o mercado de trabalho. Já os economistas liberais consideram que o setor informal reúne inclusive atividades extralegais e o vêem como uma resposta dos trabalhadores às restrições do setor formal (Mendes & Campos, 2004).

Há uma variedade de definições na literatura internacional, porém no Brasil o fato de haver a carteira de trabalho diminuiu as discussões, sendo que a característica mais marcante do

setor informal apresentada na literatura é a falta de carteira assinada, havendo, também, certa dispersão e pouca organicidade quanto a esta definição (Ulyssea, 2006).

Néri (2002, apud Ulyssea, 2006) mostra que o que diferencia os trabalhadores com e sem carteira de trabalho é o pagamento de impostos sobre a folha para o governo, destacando-se a previdência social, pois 95% dos trabalhadores com carteira assinada contribuem com o INSS enquanto apenas 5% dos assalariados informais o fazem.

Embora haja grande diferença entre os autores quanto à definição, considera-se neste estudo, assim como Castro (2006) que o trabalho informal é aquele executado à margem da lei, especialmente da legislação trabalhista vigente no país. O trabalhador informal, na maioria das vezes, recebe seu salário e não contribui ao Estado através de impostos, nem paga algum tipo de taxa para ter seu trabalho registrado e regularizado. Assim, uma das formas encontradas no Brasil para identificar e diferenciar trabalho formal e informal é a posse da carteira de trabalho assinada, porém, o que parece definir de fato este setor é a ausência de regularidade legal, e por conseqüência a ausência de contribuição através de impostos.

Além de se delimitar a definição do trabalho informal, é também importante definir a que parcela deste amplo setor pretende-se referir, pois como coloca Lima & Soares (2002), a diversidade da informalidade exige o estudo de caso, sendo muito difícil a generalização.

Essa impossibilidade de generalização é também justificada pelas diferentes políticas locais adotadas em relação aos ambulantes, afinal, eles podem cumprir funções importantes para a economia da cidade, bem como podem ser uma alternativa para o controle do desemprego (Costa, 1989 apud Salvitti, et al, 1999).

Assim, neste trabalho, delimitou-se a amostra tendo como representantes do trabalho informal, os vendedores ambulantes, os chamados camelôs da cidade de Uberlândia-MG. O camelô é um pequeno revendedor de mercadoria, ou até mesmo produtor, que faz parte do setor informal juntamente com os trabalhadores autônomos em geral, estando ou não submetidos ao controle legislativo (Salvitti; et al., 1999). Porém, observa-se que os vendedores das ruas estão, em sua maioria, à margem da lei, e no caso deste estudo, este foi um critério de escolha dos participantes, o fato de não contribuírem através de impostos e não terem sua situação regularizada. Estes vendedores estão inseridos no comércio, atividade informal mais difundida e explícita no Brasil (Mafra, Tavares, Eiras, 2002).

De acordo com algumas pesquisas, o motivo inicial do crescimento do trabalho informal deu-se principalmente pela atual incapacidade dos indivíduos de conseguirem emprego no âmbito formal (Silva, 2006). Porém, autores como Gondim et al. (2006) consideram que muitos trabalhadores utilizam o trabalho informal como um meio secundário e de complementação de renda. Dessa forma, é importante ver a informalidade como uma escolha e não somente como uma alternativa para a sobrevivência.

Muitos trabalhadores informais preferem este ramo, pois por não pagarem impostos recebem um maior salário, já que este permanece em sua forma bruta. A diferença salarial entre trabalhadores formais e informais é um aspecto amplamente discutido na literatura nacional. Menezes, Mendes & Almeida (2004) concluíram em sua pesquisa que a remuneração do setor informal supera a do setor formal, pois embora este goze de proteções garantidas por lei, tem como determinante do aumento do salário a escolaridade do trabalhador. Sendo assim, para os autores, o aumento de salário do setor formal depende da escolaridade e não da legislação. Já no caso dos trabalhadores informais, deve-se considerar que, estando à margem da legislação, o salário deixa de ser consumido pelos impostos a que os demais trabalhadores estão submetidos; além de não haver importância quanto à escolaridade.

Mafra et al. (2002) também consideram a atividade informal como uma alternativa de trabalho e possibilidade de melhores condições de vida aos trabalhadores excluídos pelo sistema capitalista vigente. Além disso, o consideram como algo importante, pois sem um trabalho, o indivíduo inserido nesse sistema tende a se sentir impotente e incapaz.

Além de possibilidade para indivíduos desempregados, a informalidade pode representar acesso ao consumo, pois uma grande parcela da população não possui condições de adquirir produtos e serviços do mercado convencional (Mafra et al, 2002). Neste sentido, a economia informal pode apresentar benefícios tanto para a população quanto para os trabalhadores informais.

De acordo com Ulyssea (2006), há duas considerações principais na literatura com relação a este mercado. Há autores que consideram preocupante a situação dos trabalhadores informais, pois por terem menor rendimento, deveriam ser os mais protegidos por lei. Por outro lado, há aqueles que, assim como Mafra, Tavares & Eiras (2002) consideram a informalidade como uma possibilidade de melhores condições de vida, não havendo, portanto, razão para se preocupar com este setor. Porém, Ulyssea (2006) destaca a importância de se distinguir se estes trabalhadores

encontram-se no mercado informal por escolha própria ou por imposição de um sistema que não absorve o contingente de trabalhadores disponíveis. Responde a esta questão citando alguns autores que consideram existir as duas situações. Assim, há aqueles que trabalham informalmente por escolha própria e há aqueles que são levados a trabalhar dessa forma como uma alternativa à sobrevivência.

Conclui-se, portanto, com relação ao trabalho informal, que este é um setor de trabalho cuja definição não se apresenta de maneira uniforme entre os diversos autores e estudos, porém, estas divergências representam a realidade em que não há uma única razão para a existência desse mercado, e nem tão pouco uma única forma de ocorrência. Assim, ele é resultado de múltiplos fatores, sendo estes culturais, econômicos, políticos, e até mesmo individuais.

1.3 O Estresse no Trabalho

Parte-se do pressuposto que o estresse caracteriza-se como a reação ocasionada por uma situação multifacetada que engloba aspectos biológicos, situacionais, psicológicos e demográficos. Tendo em vista esta concepção, é preciso destacar que no âmbito do trabalho informal existem peculiaridades de exposição a estressores somadas à própria relação que o trabalhador estabelece com a doença.

Com relação à saúde dos trabalhadores, é possível retomar os estudos de Dejours (2000) sobre o sofrimento, embora tais estudos estejam voltados para o setor formal. O autor aborda em uma parte de sua obra o subproletariado, cuja definição pode ser incorporada à vivência do atual trabalhador informal. Coloca que esses trabalhadores não se dão o direito de adoecer, e quando isso acontece, estratégias defensivas são utilizadas para que a doença não transpareça. O autor ainda destaca que o que acontece é uma relação da doença com o trabalho. Para o subproletário (extensivo ao trabalhador informal), estar doente significa parar de trabalhar o que remete a uma associação à vadiagem e conseqüente vergonha.

Silva (2006) também leva em consideração a possibilidade dos indivíduos do setor informal estarem sofrendo duplamente. Assim considera, pois acredita que a maior parte destes indivíduos já esteve no setor formal expostos a todos os estressores a que está sujeita essa camada de trabalhadores, e, agora, levados ao setor informal, sofrem todas as inseguranças por não terem leis que lhes assegurem direitos, por não haver uma remuneração fixa, por não serem

considerados parte da camada produtora da sociedade ou por estarem trabalhando com algo ilegal.

Devido ao progressivo aumento de interesse em estudos relacionados ao estresse, tanto no âmbito do trabalho quanto fora deste, houve grande divulgação do termo. Todavia, rotineiramente, este é confundido e/ou igualado aos estressores. O estressor é a causa do estresse, e este por sua vez é a resposta fisiológica e/ou psicológica do indivíduo. Além disso, é importante observar que o estresse pode acarretar uma diminuição da eficácia do sistema imunológico, o que pode ter como consequência transtornos psíquicos ou até mesmo fisiológicos (Holmes, 1997).

Feita esta diferenciação, pode-se acrescentar que muito tem sido dito e estudado sobre este assunto. Weiten (2002) destaca que estresse diz respeito a qualquer circunstância que ameace, ou é percebida como ameaçadora ao bem-estar do indivíduo e que, assim, mina as suas capacidades de enfrentamento. Este mesmo autor diferencia quatro tipos principais de estresse, embora não sejam inteiramente independentes: frustração, conflito, mudança e pressão.

Em outra definição para o mesmo termo, Margis et. al.(2003) colocam que estresse é o produto da associação entre as características pessoais do indivíduo e aquilo que o meio exige, sendo assim é consequência das “discrepâncias entre o meio externo e interno e a percepção do indivíduo quanto a sua capacidade de resposta” (p.65) bem como a situação que se desencadeia a partir dos efeitos de tal resposta.

Neste mesmo trabalho é feita uma descrição dos aspectos de respostas que o indivíduo pode produzir frente à situação estressora, que corresponde aos sintomas de estresse. Estes podem ser cognitivos, comportamentais e fisiológicos. Tais reações são postas por Margis et.al. (2003) como saudáveis e eficazes até certo ponto. O que caracteriza o adoecimento é a ultrapassagem destes limites, podendo acarretar prejuízos ao indivíduo.

Portanto, é possível perceber que há algumas diferenças entre os autores até aqui apresentados em relação ao conceito de estresse, sendo relevante destacar mais uma vez que para os autores da presente pesquisa, este é considerado como a resposta física ou psicológica aos chamados estressores.

Estressores, como já foi dito, são os eventos ou estímulos que provocam ou produzem a carga que pode conduzir ao estresse. Podem ser divididos em: *dependentes* e *independentes*. Os primeiros caracterizam-se pela forma como o indivíduo se coloca em suas relações com o meio, e

os segundos são aqueles que ultrapassam as possibilidades do indivíduo de evitar a situação de estresse, estão além de seu controle. (Margis et.al, 2003)

Também é possível categorizar as situações que conduzem ao estresse - os estressores - de acordo com a forma que estes se apresentam na vida do sujeito em questão. Podem ser *acontecimentos diários menores* que são pequenas situações vivenciadas no cotidiano que quando em determinada frequência são percebidas como estressantes (como por exemplo, um barulho suportável, mas constante a que o trabalhador esteja exposto); *situações de tensão crônica* que acarretam níveis de estresse intenso e que têm como principal característica serem situações impostas ao indivíduo por um longo período de tempo; ou podem ser os *acontecimentos vitais*, também chamados acontecimentos de vida estressantes, que se relacionam mais diretamente à definição de estresse, caracterizando-se por situações que acontecem na vida do indivíduo e que culminam no desarranjo da tendência à estabilidade. (Margis et.al, 2003)

Acredita-se também que algumas características da realidade brasileira possam oferecer um cenário que contribua para a prevalência de eventos de vida estressantes, dentre elas se destacam a violência, a dificuldade de acesso ao serviço de saúde e condições inadequadas de moradia. (Lopes et al., 2003).

Porém, a resposta de estresse não é garantida apenas pela presença de situações estressantes, como já foi dito, a resposta de estresse é determinada também pela forma como o indivíduo reage frente à situação estressora. Esta reação depende do *cooping* do sujeito, que nada mais é do que o repertório de comportamentos individuais que o mesmo possui para enfrentar situações adversas. O *cooping* por sua vez é influenciado por inúmeros fatores, dentre eles traços de personalidade e questões relacionadas à rede social em que o indivíduo em questão está inserido. (Antoniazzi, Dell'Aglio & Bandeira 1998).

A partir da bibliografia consultada acerca do estresse, é possível dizer que é comum entre alguns autores a noção de que, para se classificar uma situação como estressante é preciso que o indivíduo a perceba como tal. Sendo este o principal foco do presente estudo: encontrar junto aos trabalhadores informais aquilo que estes percebem como estressores no seu cotidiano de trabalho.

2. OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho foi, a princípio, construir e validar um instrumento que fosse capaz de mensurar o estresse dos trabalhadores informais. Porém, após extensa revisão de literatura, percebeu-se que o estresse é uma reação fisiológica à presença e à percepção de estressores no ambiente. Assim, não basta a existência e identificação dos estressores para que ocorra a resposta do estresse, é preciso que o trabalhador os perceba e reaja negativamente a eles.

Com base nisso o objetivo passou a ser a construção e validação de um instrumento de medida da percepção dos estressores presentes no contexto do trabalho informal, especificamente, dos vendedores ambulantes.

3. MÉTODO

O presente estudo foi desenvolvido em duas etapas: coleta de dados e construção dos itens; e validação do instrumento de medida. Apresenta-se a seguir, os procedimentos e materiais utilizados em cada fase da pesquisa, bem com os sujeitos envolvidos.

3.1- Coleta de dados e Construção dos itens

Os itens da escala de Percepção de Estressores no Trabalho Informal foram elaborados a partir dos relatos obtidos em entrevista semi-estruturada, contendo 11 questões discursivas, construídas com base nos dados colhidos do projeto piloto (Alves, et al, 2007) e do referencial teórico utilizado. A entrevista investigou junto aos sujeitos, quatro principais dimensões: os estressores gerados pelo trabalho informal (Questões 2, 4, 6); a forma como estes sujeitos enfrentam as adversidades da vida e do trabalho (*cooping* – questões 5 e 10); a rede social presente em suas vidas (Questões 7, 8 e 9), e as possíveis vantagens de se trabalhar informalmente (Questões 1 e 3). As questões 2 e 4, foram as que de fato nortearam a construção dos itens do instrumento piloto.

Embora o conteúdo das demais questões não tenha sido imprescindível para a construção da escala, foi possível, através delas, ter uma visão mais ampla a respeito dos atenuadores da percepção de estressores.

Assim, foram entrevistados 30 vendedores ambulantes da cidade de Uberlândia-MG, com idade superior a 18 anos de ambos os sexos. O critério de escolha dos participantes foi acidental, e as entrevistas foram conduzidas nos locais de trabalho, após o consentimento dos trabalhadores.

As respostas dos participantes foram categorizadas segundo a técnica da “Análise de Conteúdo” (Bardin, 1977). Ao final desta fase foi realizado o cálculo das frequências de cada categoria identificada nas questões 2 e 4 (Tabela 1).

Com base nestas categorias e na literatura, foi construído um instrumento piloto, com 13 itens baseados nestas dimensões. Este instrumento foi construído com escala tipo *Likert* de quatro pontos: 1 (Nunca); 2 (Raramente); 3 (Quase Sempre); 4 (Sempre).

Tabela 1

Frequências e Percentuais das Categorias de Respostas Obtidas nas Respostas às Perguntas de Número 2 e 4 da Entrevista Realizada

Categorias de respostas	Frequência	Percentual
Fiscalização de agentes (fiscais e policiais civis)	10	41,6
Ausência de Direitos Previdenciários	3	12,4
Ausência de Direito à Aposentadoria	1	4,2
Ausência de Benefícios Trabalhistas	2	8,3
Incerteza quanto ao volume diário de vendas	2	8,3
Condições climáticas adversas	1	4,2
Falta de horário fixo	1	4,2
Incerteza quanto à renda mensal	1	4,2
Sujeição a assaltos	1	4,2
Barulho excessivo	1	4,2
Desgaste físico	1	4,2
Totais	24	100

3.2 Validação

A validação se deu através da aplicação do instrumento piloto construído na etapa anterior, em amostra representativa e posterior análise estatística.

3.2.1- Amostra

Para a validação do instrumento foi utilizada uma amostra de 126 vendedores ambulantes, sendo 74,6% homens e 24,6% mulheres. Os respondentes tinham idade acima de 18 anos e nível de escolaridade, de superior completo (1,5%), superior incompleto (4,1%), ensino médio completo (10,3%), ensino médio incompleto (36,9%), fundamental completo (6,7%) e fundamental incompleto (40%).

O número de sujeitos foi escolhido de acordo com os parâmetros de construção de instrumentos de medidas psicometricamente válidos - no mínimo, dez participantes por item do instrumento piloto (Pasquali, 1996).

3.2.2 – Análise Estatística

As respostas obtidas após aplicação do instrumento, formaram um banco de dados, codificados numa planilha do programa SPSS (*Statistical Package of Social Sciences*), porém houve inversão da escala que foi renumerada da seguinte forma: as repostas 1 passaram a ser 4, e as 4 passaram a ser 1, as respostas 2 passaram a ser 3 e as 3 a ser 2 para que o efeito dos itens negativos fossem eliminados.

Para investigação da validade do constructo os dados foram submetidos à análise dos componentes principais para estimativa da covariância que possibilitasse a busca de fatores. A seguir têm-se os resultados dessa análise.

4. RESULTADOS

O coeficiente KMO (*Kaiser-Meyer-Oklin Measure of Sampling Adequacy*) revelou índice de fatorabilidade de 0,66 enquanto o teste de Esfericidade de *Bartlett* ($X^2 = 572,459$; $p < 0,001$) a confirmou. As comunalidades variaram de 0,54 a 0,83.

A análise do *scree plot* revelou a existência de até quatro possíveis fatores; todos com contribuição no acréscimo da variância explicada de 2%. Assim, optou-se pelo critério de

extração com autovalor de, no mínimo, 1,5 para a retenção dos valores, método de extração PAF com rotação oblíqua. Os itens retidos foram aqueles com cargas fatoriais de 0,40 ou maiores. Com estes critérios, a análise reteve quatro fatores. A análise de confiabilidade (*alfa de Cronbach*) revelou precisões entre 0,55 e 0,89. A partir das indicações do *scree plot* e da não confiabilidade de um fator, optou-se por nova exploração fatorial (autovalor superior a 1,5 e cargas fatoriais iguais e superiores a 0,40). Como resultado, o instrumento final, multifatorial, foi composto de 9 itens distribuídos em três fatores, com cargas fatoriais entre 0,74 e 0,90, com percentual de variância explicada entre 13,07 e 23,82 e alfa de Cronbach entre 0,73 e 0,89 (Tabela 2).

Tabela 2

Composição dos Fatores, Variâncias Explicadas, Valores próprios, Cargas fatoriais dos Itens e Alpha de Cronbach dos fatores.

Itens	F1	F2	F3	Confiabilidade
Em meu trabalho...				
... não tenho acesso à previdência social.	0,90			0,82
... não tenho acesso à aposentadoria.	0,85			0,83
... não tenho acesso à direitos trabalhistas.	0,86			0,77
... existe fiscalização dos agentes municipais.		0,84		0,75
... as minhas mercadorias podem se apreendidas pelos fiscais.		0,81		0,71
... existe fiscalização de policiais.		0,88		0,76
... não sei dizer quanto venderei num dia de trabalho.			0,77	0,70
... não tenho horário para trabalhar.			0,74	0,54
... não sei quanto ganharei num dia de trabalho.			0,85	0,76
Eigenvalues	3,08	2,64	1,70	-
Alpha de Cronbach	0,89	0,81	0,76	-
Percentual de Variância Explicada	23,82	20,81	13,07	-

A análise semântica dos três fatores resultantes revelou que eles se referem a: “não acesso aos direitos trabalhistas” (F1), “sujeição à fiscalização” (F2) e “instabilidade laboral” (F3).

5. DISCUSSÃO

Como já colocado no início, esta pesquisa partiu de um estudo de campo exploratório que se caracterizou como projeto piloto. Ao observar a escassez da literatura, bem como a inexistência de um instrumento que medisse o nível de estresse do vendedor informal, as autoras (Alves, et al, 2007) perceberam que não seria possível alcançar o objetivo a que se propunham (comparar o nível de estresse entre vendedores formais e informais) para o qual seria necessária uma escala de estresse voltada para os trabalhadores informais.

Surgiu assim, a idéia de se construir a escala, objetivo inicial da presente pesquisa. Contudo, após extensa revisão de literatura, foi possível identificar que o estresse é uma resposta física ou psicológica à percepção de estressores. Estes são, primeiramente, percebidos pelos trabalhadores, para então, de acordo com as características individuais, haver ou não uma resposta de estresse.

Dentre as características individuais, estão: a maneira como cada um enfrenta as adversidades da vida (*cooping*); o apoio que estes sujeitos têm dos amigos ou familiares (rede social); a tolerância a certos estressores (como barulho, temperatura etc.) e a percepção de vantagens em contraste com as desvantagens próprias da atividade informal.

Assim, construiu-se, primeiramente, uma entrevista. As análises de conteúdo geraram a criação de categorias que seriam a base para construção de um instrumento piloto, posteriormente validado.

As entrevistas revelaram a existência de alguns estressores que se repetiam em maior frequência, ao mesmo tempo em que revelaram a existência de fatores atenuadores à resposta do estresse: vantagens do trabalho informal; importância da rede social e *cooping*, (Por exemplo, a maioria dos trabalhadores coloca que o maior ganho - fator atenuador do estresse - compensa todas as situações adversas enfrentadas), no entanto, o fato de existir atenuadores do estresse, não elimina a presença dos estressores e conseqüente percepção dos trabalhadores com relação aos mesmos. Sendo assim, não seria relevante neste momento falar sobre estes atenuadores, uma vez

que o foco da presente pesquisa se deu sobre a percepção dos trabalhadores a respeito dos estressores, e não em suas possíveis respostas de estresse frente a eles.

Dessa forma, construiu-se o instrumento piloto baseado nos estressores apresentados pela amostra. Após a análise fatorial foi possível identificar quatro fatores, mas um deles pôde ser descartado pela baixa confiabilidade ($= 0,55$). Assim, restaram três fatores, quais sejam: Não acesso aos Direitos Trabalhistas; Sujeição a Fiscalização e Instabilidade Laboral.

Os fatores retidos pelas análises possuem índices psicométricos bastante satisfatórios, com cargas fatoriais e confiabilidade (precisão) que os capacitam à utilização em procedimentos diagnósticos e que tornam este instrumento construído como sendo válido. Portanto, os principais estressores presentes no contexto informal estudado dizem respeito aos três fatores supracitados.

Neste sentido, construiu-se uma escala de percepção de estressores, já que estes estão entre os disparadores do estresse. Sendo possível com este instrumento, saber se aquilo que, muitas vezes, é considerado na literatura como um estressor, é de fato considerado um estressor pelo trabalhador submetido àquela condição.

Conclui-se através desta pesquisa que a atividade informal possui inúmeras peculiaridades. É perceptível a necessidade de maior número de pesquisas de campo neste setor para que aos poucos seja possível compreendê-lo melhor, e, até mesmo, para que se torne possível propor mudanças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a equipe executora, que participou de todas as etapas desta pesquisa:

Aline Fernandes Alves
Anna Paula Martins Leite
Francielly Maiary Alves Arantes
Marcela Faria Silva
Mariana Mendes Martins
Mário Bertini

REFERÊNCIAS

ALVES, A. F.; ARANTES, F. M. A; DORICCI, G. C.; SOUZA, M.; TREVISAN, A. *O estresse no trabalho formal e informal: um estudo comparativo na cidade de Uberlândia-MG*. Relatório técnico do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. 2007.

ANTONIAZZI, A. S.; DELL'AGLIO, D. D.; BANDEIRA, D. R. *O conceito de coping: uma revisão teórica*. *Estudos de psicologia*. (Natal) vol.3 no.2 Natal. July/Dec. 1998. Disponível em: www.scielo.php?pid=S1413294X998000200006&script=sci_arttext. Acesso: 17/set/2008.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*: Lisboa. Ed. 70, 1977.

CACCIAMALI, M. C. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia e administração da Universidade de SP, 1983. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/cacciamali/setor_informal_urbano_e_formas_de_participacao_na_producao_3-6.pdf Acesso: 01 de Jun. de 2008

CASTRO, Paula. *O trabalho informal no Brasil*. Disponível em: http://www.galizacig.com/actualidade/200112/cut_o_trabalho_informal_no_brasil.htm. Acesso em 09 de dez. de 2007.

DEJOURS, Cristophe. *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho*. 5.ed. ampli. São Paulo-SP: Cortez, 2000.

GONDIM, Sonia. M. G.; et al. Carteira de trabalho, artigo de luxo. O perfil psicossocial de trabalhadores informais em Salvador, Bahia. *Estudos de psicologia*, Natal, v. 11, n 1, p.53-64, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2006000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 de set. de 2007.

HOLMES, David S. Perspectivas teorias e estresse. In: _____. *Psicologia dos transtornos mentais*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 36-58.

LIMA, J. C. & SOARES, M. J. B. Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, Salvador, n.37, p.163-180, jul/dez 2002. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/printarticle.php?id=134&layout=ps> - acesso 01 de Jun. de 2008.

LOPES, C. S.; FAERSTEIN, E.; CHOR, D. Eventos de vida produtores de estresse e transtornos mentais comuns: resultados do Estudo Pró-Saúde. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(6):1713-1720, nov-dez, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n6/a15v19n6.pdf>. Acesso: 20 de ago de 2008.

MAFRA, F. L. N.; TAVARES, T. S.; EIRAS, N.R.S. Trabalho informal e qualidade de vida: interações possíveis no contexto local. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 9, n. 1, p.103-115, jan.-mar.2002. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/v09n1art7.pdf>. Acesso: 02 de out. de 2007.

MARGIS, R.; PICON, P; COSNER, A.F.;SILVEIRA, R.O. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. *Revista de Psiquiatria*, RS (suplemento 1): 65-74, abril 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a08v25s1.pdf>. Acesso: 20 de ago de 2008.

MARTINS, Sérgio P. História do Direito do Trabalho. In: _____. *Direito do Trabalho*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 33-40.

MENDES, R. & CAMPOS, A. C. C. Saúde e segurança no trabalho informal: desafios e oportunidades para a indústria brasileira. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 209 -223, jul.-set., 2004. Disponível em http://64.233.169.104/search?q=cache:y1veDD0xGIEJ:sstmp.e.fundacentro.gov.br/Anexo/SST_no_trabalho_informal.pdf+%22saude+e+seguran%C3%A7a+no+trabalho+informal%22+%22mendes%22+%22campos%22&hl=ptBR&ct=clnk&cd=1&gl=br. Acesso:30 de set. de 2007.

MENEZES F. N. A.; MENDES, M.; ALMEIDA, E. S. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p.235-248, abr.- jun., 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/php?script=sci_arttext&pid=S003471402004000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso: 23 de set. de 2007.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53,p.111-129, out., 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092003000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 de set. de 2007.

PASCHOAL, T; & TAMAYO, A. A escala de estresse no trabalho. *Estudos de Psicologia*, v.9,n.1,p.45-52, 2004.

PASQUALI, Luiz. *Teorias e métodos de medida em ciências do comportamento*. Brasília: INEP, 1996.

SALVITTI A; VIÉGAS, L. S; MORTADA, S. P & TAVARES, D. S. O trabalho do camelô: trajetória profissional e cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social*, 1999, 2 (1), 1-23. Disponível em: <http://www.bvs-psi.org.br/> - acesso: 01 de Jun. de 2008.

SILVA, Maria. F. J. *Para onde vamos? A saúde física e mental de ex-empregados do mercado de trabalho formal, do ramo de metalurgia, que se encontram empregados/ocupados na informalidade: um estudo comparativo entre Brasil e Argentina*. 2006. 425f. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em integração da América Latina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 4 (104), p. 596-618, out.-dez., 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.phpid=S010131572006000400008 &script=sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.phpid=S010131572006000400008&script=sci_arttext). Acesso em 02 de out. de 2007.

WEITEN, Mayne. *Introdução a Psicologia: temas e variações: (versão abreviada)*. Tradução de Maria Lúcia Brasil, et al.. São Paulo: Pioneiro Thompson, 2002.

